

Demonstrações Financeiras
Millet Participações S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com o Relatório dos Auditores Independentes

Millet Participações S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações Financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Sócios e Administradores da **Millet Participações S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Millet Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2025.

MRU Auditores Independentes Ltda.
CRC RJ 009.336/O


Elias Xavier de França Junior
Contador CRC RJ 090.827/O


Raul Cacio Soncin Pimentel
Contador CRC RJ 112.682/O

Balancos Patrimoniais

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	3	76	166	15.960	28.733
Contas a receber de clientes	4	-	-	113.361	94.334
Estoques	5	-	-	59.106	58.623
Impostos a recuperar	14.3	3.627	2.771	10.569	7.124
Dividendos e JSCP a receber	7.2	20.555	15.705	-	-
Outros Direitos	6	-	-	942	970
Total do Ativo Circulante		24.259	18.642	199.939	189.784
Ativo não Circulante					
Depósitos judiciais		-	-	49	-
Impostos a recuperar	14.3	-	-	5.576	2.164
IRPJ e CSLL diferidos	14.2	-	-	238	2.026
Outros Direitos	6	-	-	106	106
Investimentos	7.1	250.129	222.214	-	-
Intangível	8	-	-	70.350	79.094
Imobilizado	9	-	-	103.322	65.697
Ativos de direito de uso	10	-	-	947	146
Total do Ativo não Circulante		250.129	222.214	180.588	149.233
Total do Ativo		274.387	240.856	380.526	339.017
Passivo Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	2.010	12.517
Fornecedores	12	-	-	50.634	35.175
Salários e contribuições a pagar		-	-	8.448	7.201
Participações a pagar		3.735	5.974	3.735	5.974
Impostos a recolher	14.3	-	-	1.403	2.204
Arrendamentos a pagar	10	-	-	710	67
Dividendos e JSCP a pagar	16.2. b)	16.915	8.951	20.543	11.723
Outras obrigações	13	-	-	1.976	5.072
Total do Passivo Circulante		20.650	14.925	89.459	79.933
Passivo não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	2.000
Arrendamentos a pagar	10	-	-	233	89
Provisão para contingências	15	-	-	2.228	2.093
Participações a pagar		-	-	-	-
Outras obrigações	13	-	-	1.037	1.629
Total do Passivo não Circulante		-	-	3.498	5.811
Patrimônio Líquido					
Capital social	16.1	194.504	192.265	194.504	192.265
Reservas de Lucros	16.2	59.233	33.666	59.233	33.666
Total do Patrimônio Líquido		253.737	225.931	253.737	225.931
Participação de não controladores		-	-	33.832	27.342
Patrimônio Líquido Consolidado		253.737	225.931	287.569	253.273
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		274.387	240.856	380.527	339.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita Operacional Líquida	17	-	-	492.603	465.787
Custos dos Produtos Vendidos	18	-	-	(356.169)	(340.110)
Lucro Bruto		-	-	136.434	125.677
Despesas Operacionais					
Despesa com Vendas	18	-	-	(64.796)	(52.843)
Despesas Administrativas	18	(89)	(92)	(19.084)	(17.138)
Outras Receitas e Despesas Líquidas		-	-	5.616	(1.020)
		(89)	(92)	(78.264)	(71.001)
Resultados em Participações Societárias					
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.1	42.484	42.272	-	-
Amortização da Mais-Valia	7.1	(8.863)	(8.863)	-	-
		33.532	33.409	-	-
Resultado antes do Resultado Financeiro		33.532	33.317	58.170	54.676
Resultado Financeiro Líquido					
Receitas Financeiras	19	-	-	8.968	6.384
Despesas Financeiras	19	(1)	(9.528)	(6.446)	(16.351)
		(1)	(9.528)	2.522	(9.967)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		33.531	23.789	60.692	44.709
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	14.1	-	-	(17.876)	(10.588)
Diferido	14.1	-	-	(1.788)	(2.872)
		-	-	(19.664)	(13.460)
Lucro Líquido do Exercício		33.531	23.789	41.028	31.249
Participação de Minoritários		-	-	(7.497)	(7.460)
Lucro Líquido Consolidado		33.531	23.789	33.531	23.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício		33.531	23.789	41.028	31.249
Resultados Abrangentes		-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício		33.531	23.789	41.028	31.249
De controladores		33.531	23.789	33.531	23.789
De não controladores		-	-	7.497	7.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social		Reservas de Lucro		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Participação de Minoritários	Patrimônio Líquido Consolidado
		Capital Subscrito	AFAC	Reserva Legal	Retenção de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2022		147.244	1.160	951	14.576	-	163.931	21.390	185.321
Aporte de AFAC	16.1	-	43.861	-	-	-	43.861	-	43.861
Aumento de Capital	16.1	1.160	(1.160)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	16.2	-	-	-	-	23.789	23.789	7.460	31.249
Reserva Legal	16.2	-	-	1.189	-	(1.189)	-	-	-
Dividendos Propostos	16.2	-	-	-	-	(5.650)	(5.650)	-	(5.650)
Deliberação de JSCP	7	-	-	-	-	-	-	(1.508)	(1.508)
Retenção de Lucros	16.2	-	-	-	16.950	(16.950)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		148.404	43.861	2.140	31.526	-	225.931	27.342	253.273
Aporte de AFAC	16.1	-	2.239	-	-	-	2.239	-	2.239
Aumento de Capital	16.1	43.861	(43.861)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	16.2	-	-	-	-	33.531	33.531	7.497	41.028
Reserva Legal	16.2	-	-	1.677	-	(1.677)	-	-	-
Dividendos Propostos	16.2	-	-	-	-	(7.964)	(7.964)	-	(7.964)
Deliberação de JSCP	7	-	-	-	-	-	-	(1.007)	(1.007)
Retenção de Lucros	16.2	-	-	-	23.890	(23.890)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		192.265	2.239	3.817	55.416	-	253.737	33.832	287.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos Impostos		33.531	23.789	60.692	44.709
Ajustes ao resultado:					
Resultado de equivalência patrimonial	7.1	(42.484)	(42.272)	-	-
Depreciações e Amortizações		8.863	8.863	15.226	14.806
PCLD	4	-	-	(2.250)	(1.581)
Provisão para perdas com estoques	5	-	-	120	(137)
Variação cambial		-	9.434	(764)	(888)
Resultado na baixa de ativos imobilizado	9	-	-	57	719
Juros sobre arrendamentos	10	-	-	47	23
Juros sobre empréstimos	11	-	-	956	(11.865)
Provisão para contingências	15	-	-	135	(1.191)
Provisão para participação nos resultados		-	-	-	-
Recuperação de Crédito Fiscal		-	-	(2.973)	-
Resultado Ajustado		90	(186)	71.246	68.325
Variações dos Ativos e Passivos					
Contas a receber de clientes		-	-	(16.395)	6.354
Estoques		-	-	(603)	(5.222)
Depósitos judiciais		-	-	(49)	11
Contas a pagar a fornecedores		-	-	15.841	(6.255)
Salários e contribuição social a pagar		-	-	1.244	753
Impostos a recuperar e a recolher		-	-	(4.922)	(2.590)
Outros ativos e passivos		-	17	(3.528)	188
Pagamento de juros sobre empréstimos	11	-	-	(2.798)	(2.585)
Imposto de renda e contribuição social	14.1	-	-	(17.790)	(10.319)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		90	(169)	42.246	48.660
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Pagamento pela Aquisição de Investida		(2.239)	(43.861)	(2.239)	(43.861)
Aquisição de imobilizado	9	-	-	(43.448)	(20.438)
Aquisição de intangível	8	-	-	(373)	(122)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(2.239)	(43.861)	(46.448)	(64.421)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aporte de AFAC	16.1	2.239	43.861	2.239	43.861
Empréstimos e financiamentos captados	11	-	-	-	7.000
Empréstimos e financiamentos pagos	11	-	-	(10.665)	(16.505)
Arrendamentos pagos	10	-	-	(533)	(518)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento		2.239	43.861	(8.959)	(33.838)
Varição de Caixa e Equivalente de Caixa		(90)	(169)	(12.773)	18.077
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	3	166	335	28.733	10.656
Caixa e Equivalente de Caixa Final	3	76	166	15.960	28.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Millet Participações S.A. foi constituída em 14 de novembro de 2018 sob a denominação Metheora Empreendimentos e Participações S/A e após a aquisição pela Percipere Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia alterou a sua denominação para Millet Participações S/A. A Companhia possui sede em São Paulo – SP, e tem por objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista. Permaneceu em processo pré-operacional realizando avaliações e negociações de investimentos até junho de 2021 quando a Companhia adquiriu 85% de participação na Alibra Ingredientes S.A. (“Alibra”).

A Alibra está localizada na cidade de Campinas no Estado de São Paulo e possui uma filial na cidade e município de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. As atividades da Companhia, compreendem a exploração do ramo de industrialização, comercialização, exportação e importação de substâncias para conservar e estabilizar produtos alimentícios em geral, misturas alimentícias para preparo de sopas, molhos, temperos e condimento, pratos culinários, recheios e salgados em geral, produtos de panificação e confeitaria, preparação à base de frutas e/ou cereais utilizados para a elaboração de recheios iogurtes, sobremesas e sorvetes em geral, misturas alimentícias para a fabricação de doces e sobremesas em geral, empacotamento de leite em pó, misturas e preparados à base de leite em pó, empacotamento de misturas alimentícias à base de soro de leite em pó e/ou derivados lácteos em pó e preparados em pó para elaboração de bebidas não alcoólicas em geral.

A Alibra dispõe de incentivo fiscal em seu estabelecimento localizado no Estado do Paraná conforme a seguir:

Por opção da Alibra o regime de tributação do ICMS é efetuado com base na Lei 13.332/2001, incorporada no RICMS/PR, Anexo III, item 31. Por força desse dispositivo legal, ao estabelecimento que realizar a industrialização de leite ou de soro de leite, ou que tenha encomendado a industrialização, opcionalmente, em substituição ao aproveitamento normal de créditos nas entradas, poderá se creditar do percentual de 7% (sete por cento) sobre o valor das operações de saídas interestaduais dos produtos resultantes da industrialização. Na saída de mercadorias o destaque do ICMS é feito pela alíquota normal, sendo que no registro de apuração é efetuado um crédito correspondente a 7% (sete por cento).

Os créditos de matérias primas são permitidos nas aquisições de matérias primas e embalagens. No entanto deverá ser estornado no registro de apuração o percentual correspondente ao montante de vendas interestaduais sobre o total das vendas no mês, exceto em relação ao leite, inclusive em pó, originário de outro Estado, energia elétrica ou óleo combustível utilizados no processo industrial e embalagens destinadas à comercialização de leite, cujo créditos são admitidos pelo valor integral.

1.1. COVID-19

No ano de 2022 não fomos impactados por nenhum efeito direto decorrente da pandemia do COVID. A performance das vendas atendeu às projeções e expectativas, mesmo com uma demanda mais fraca do que era previsto para o ano. Como ponto residual e contínuo de 2020, verificou-se a continuidade de aumento no custo de matérias primas principalmente dos derivados lácteos, com necessidade de repasse no preço de venda. Apesar desses repasses, em termos percentuais, não foi possível recuperar o mesmo nível de margem antes da pandemia. A Companhia segue com os protocolos de segurança, seguindo as determinações da OMS.

A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão mencionadas na Nota 2.25.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e pela administração em x de maio de 2025.

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas estão incluídas na consolidação:

Controladas	Participação	Participação %	
		31/12/2024	31/12/2023
Alibra Ingredientes S.A. ("Alibra")	Direta	85,00%	85,00%

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

2.6. Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

2.7. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.8. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, A Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

O Departamento Financeiro da Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo e ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. Esse departamento compreende o diretor e gerente financeiros. Quando necessário é envolvido avaliadores externos, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida.

Para fins de divulgações do valor justo, A Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.10. Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando relevante, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização.

2.11. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.13. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo.

O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário de Políticas Contábeis (Continuação)

2.14. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

2.15. Intangível

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.16. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Redução ao valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua. Em 31 de dezembro de 2024 não foram identificados quaisquer indícios de *impairment* sobre os ativos intangíveis da Companhia.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.17. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de desempenho, de modo que a receita de venda de produtos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

2.18. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

b) Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

a Companhia mantém o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%.

2.19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.20. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros ativos e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- iii) Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
- iv) Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros direitos no ativo circulante e não circulante.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito do Contas a Receber de clientes na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes são também fornecidas na Notas Explicativa no 5.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e arrendamentos a pagar.

Mensuração subsequente - Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 23.

Desreconhecimento (baixa) - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.21. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo;

- Unidade administrativa - 2 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para A Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 8.

b) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, A Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir A Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo de arrendamento.

2.22. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Sociedade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo (Nota 1).

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma).

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7. As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações da Companhia.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024 --continuação

a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações -- continuação

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras para identificar se é elegível para aplicação do IFRS 19.

c) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024 --continuação

d) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.25. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A Companhia possui contrato de aluguel de sua sede administrativa que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.25. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação

Provisão para perdas de créditos esperadas

A Companhia considera 100% dos valores de clientes em recuperação judicial como perdas e segrega sua posição do contas a receber por idade de vencimento, considerando como perda os valores do quadro abaixo.

Não vencidos	0,2%
Vencidos de 01-30 dias	1,0%
Vencidos de 31-60 dias	5,0%
Vencidos de 61-90 dias	10,0%
Vencidos de 91-180 dias	20,0%
Vencidos de 181-360 dias	100,0%
Vencidos a mais de 360 dias	100,0%

Provisão para perdas nos estoques

A Companhia considera como perda, todos os itens de estoque vencidos a partir de um dia e produtos com margem negativa, ambos a valor de custo. A Companhia não realiza provisão para itens obsoleto e com baixo giro de estoque, visto que não possui itens nessas condições

Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária).

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Teste anual de impairment

Anualmente, a Companhia efetua teste de recuperabilidade do ágio e demais ativos pertencentes a mesma Unidade Geradora de Caixa (UGC) (teste de impairment), de acordo com o exemplificado na Nota 11, onde leva em consideração determinadas premissas de crescimento, taxa de perpetuidade, taxa de inflação, taxa WACC, dentre outras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários em conta corrente e aplicações de alta liquidez.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de caixa e equivalente de caixa são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósito Bancário em Conta Corrente	48	153	1.386	1.141
Aplicações Financeiras ^(a)	28	13	14.574	27.592
Total	76	166	15.960	28.733

(a) As aplicações financeiras são compostas por títulos de renda fixa, indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatados a qualquer momento, e sem risco significativo de perda de valor.

4. Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição e cronograma do contas a receber são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Clientes Nacionais	107.549	90.408
Clientes Internacionais	9.846	10.210
Contas a Receber	117.395	100.618
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(4.034)	(6.284)
Total Líquido	113.361	94.334
A vencer	110.659	91.128
Vencidos até 30 dias	1.578	3.027
Vencidos de 31 a 60 dias	163	403
Vencidos de 61 a 90 dias	525	517
Vencidos de 91 a 180 dias	479	22
Vencidos de 181 a 360 dias	63	60
Vencidos acima de 361 dias	3.928	5.461
Contas a Receber	117.395	100.618

A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	(6.284)	(7.865)
Adições (Reversões) no exercício	2.250	1.581
Saldo final	(4.034)	(6.284)

A Companhia não mantém qualquer garantia para os títulos em atraso.

Os recebíveis foram dados como garantia para os empréstimos e financiamentos, a qual foi exigida pelos agentes financeiros intermediadores da operação de empréstimo, veja nota explicativa nº 11.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Estoques

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de estoques são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	12.084	15.153
Matérias-primas	36.888	33.485
Poder de terceiros	64	26
Embalagens	3.227	3.232
Importação em trânsito	407	2.002
Produto intermediário	6.617	4.786
Estoques	59.287	58.684
(-) Provisão para perdas na realização	(181)	(61)
Total Líquido	59.106	58.623

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	(61)	(198)
Adições	(1.475)	(2.127)
Baixas	1.355	2.264
Saldo final	(181)	(61)

6. Outros Direitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de outros direitos são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos Financeiros Derivativos	371	239
Outros valores a receber	-	19
Sinistros a receber	69	69
Adiantamentos de férias	33	107
Adiantamentos a fornecedores nacionais	201	331
Despesas antecipadas	267	205
Depósitos e cauções	106	106
Total	1.048	1.076
Circulante	942	970
Não circulante	106	106

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

Em 2021 a Millet adquiriu 85% de participação na Alibra Ingredientes S.A (“Investida” ou “Alibra”), a empresa está localizada na cidade de Campinas no Estado de São Paulo e possui filial na cidade e município de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. As atividades da Companhia, compreendem a exploração do ramo de industrialização, comercialização, exportação e importação de substâncias para conservar e estabilizar produtos alimentícios em geral, misturas alimentícias para preparo de sopas, molhos, temperos e condimento, pratos culinários, recheios e salgados em geral, produtos de panificação e confeitaria, preparação à base de frutas e/ou cereais utilizados para a elaboração de recheios iogurtes, sobremesas e sorvetes em geral, misturas alimentícias para a fabricação de doces e sobremesas em geral, empacotamento de leite em pó, misturas e preparados à base de leite em pó, empacotamento de misturas alimentícias à base de soro de leite em pó e/ou derivados lácteos em pó e preparados em pó para elaboração de bebidas não alcoólicas em geral.

Em junho de 2022, foi emitido pela KPMG o Relatório de avaliação de certos ativos adquiridos e passivos assumidos relacionado à aquisição da Alibra, para fins contábeis e fiscais, à luz do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e conforme Código Brasileiro da Legislação Fiscal, Lei nº 12.973, sancionada em 13 de maio de 2014. A data base do trabalho foi definida em 30 de junho de 2021, que é a data mais próximo do fechamento da transação para o qual o balanço da empresa está disponível.

A Transação abrangeu a alienação e transferência pelos alienantes para a Adquirente de 85% das quotas da Adquirida. A Transação foi concluída em 18 de junho de 2021, em continuidade à celebração de contrato de compra e venda assinado anteriormente entre as partes (Sales and Purchase Agreement – “SPA”). Segundo a Administração, a Transação oferece benefícios estratégicos atraentes para os negócios da Adquirente no Brasil:

- ✓ A Empresa possui um portfólio diversificado (mais de 500 SKUs), além de ter uma base com mais de mil clientes;
- ✓ Possui acesso a um setor resiliente que se demonstrou sólido até durante a pandemia, a partir das vendas em delivery e de produtos congelados; e
- ✓ Aquisição de um participante bem inserido no mercado, proporcionando acesso imediato a uma relevante fatia de mercado.

Com a Transação, a Adquirente adquiriu direitos de voto na Empresa correspondentes a 85% do capital votante. Nos termos do SPA assinado entre Adquirente e os alienantes e com base em informações fornecidas pela Administração, o preço pago aos Alienante por 85% das quotas da Empresa foi de R\$ 179.350 mil (cento e setenta e nove milhões, trezentos e cinquenta mil reais). Esse valor foi estabelecido após o valor base constante no contrato de compra e venda ser ajustado refletindo alguns itens também previstos no referido SPA e cujos valores foram confirmados posteriormente.

De acordo com o disposto na cláusula 3.3 do SPA, o preço de aquisição base, sujeito a ajustes conforme dispostos no documento, para 85% das quotas da Empresa é de, no máximo, R\$ 179.350.000,00. Este valor é dividido em uma parcela fixa, no valor de R\$ 138.843.004,78, e uma parcela a prazo, no valor de até R\$ 40.506.995,22. A parcela à prazo deverá ser paga no aniversário de segundo ano da data de fechamento do contrato, e representou 22,6% do preço pago.

O valor foi definido com base nas quotas detidas por cada um dos vendedores e tendo um limite atrelado à realização do lucro bruto de 2020. Além das parcelas à vista e a prazo consideradas no SPA, estabeleceu-se um ajuste de preço de R\$ 6.640.585, que, por sua vez, assim como as outras parcelas, estão a valor justo, corrigidas monetariamente pela taxa SELIC entre a data de fechamento do SPA e a data efetiva do pagamento.

A seguir, é apresentado o detalhe do cálculo do preço pago na aquisição da Alibra:

	100%	85%
Preço de Aquisição Base		
<i>Equity Value*</i>	234.000	198.900
(-) Endividamento Líquido Base	(23.000)	(19.550)
Equity Value Base	211.000	179.350
Parcela à Vista		138.843
Parcela a Prazo		40.507
Ajuste de Preço		6.640

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Preço de Aquisição Ajustado (A)		185.990
Valor do Patrimônio Líquido no Fechamento (B)	113.597	96.557
Carteira de Clientes e não Competitividade	59.791	50.822
Mais Valia das Marcas	24.858	21.129
Mais Valia do Ativo Fixo	24.552	20.870
Menos Valia do Ágio Rentabilidade Futura "Genkor"	(10.971)	(9.325)
Total de Mais/Menos-Valias (C)	98.230	83.496
Valor Justo dos Ativos e Passivos (B) - (C) = (D)	211.827	180.053
Good Will (A) - (D)		5.938

Após emissão do relatório citado acima, os valores de *Goodwill* e Mais-Valia foram alocados, conforme mensuração do valor justo. O *Goodwill* refere-se ao valor pago a mais sobre o valor justo do Patrimônio Líquido da entidade adquirida, devido a uma expectativa de lucros futuros. A Mais-Valia é amortizada de forma linear de acordo com o tempo de vida útil dos bens que tiveram mais-valia na apuração do valor justo dos ativos adquiridos na aquisição.

Os principais saldos dos exercícios de 2024 e 2023 da investida são os seguintes:

Balço Patrimonial	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	196.234	186.847
Ativo não circulante	122.177	81.958
Total do ativo	318.411	268.805
Passivo circulante	89.364	80.713
Passivo não circulante	3.498	5.811
Patrimônio líquido	225.549	182.281
Total do passivo	318.411	268.805
Demonstração do Resultado	2024	2023
Receita operacional líquida	492.603	465.787
Custo de mercadorias vendidas	(354.082)	(338.023)
Lucro bruto	138.521	127.764
Despesas operacionais	(67.123)	(64.133)
Resultado financeiro	2.522	(439)
Lucro antes dos impostos	69.645	63.192
Impostos sobre o lucro	(19.664)	(13.460)
Lucro líquido do exercício	49.981	49.732

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos (Continuação)

7.1. Investimento em Participação Societária

Segue abaixo quadro com a movimentação dos saldos de investimento no período:

	<u>DMPL Alibra</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Mais-Valia</u>	<u>Good-Will</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2022	142.602	121.212	70.200	5.938	197.350
Lucro líquido do exercício	49.732	42.272	-	-	42.272
Juros Sobre Capital Próprio	(10.053)	(8.545)	-	-	(8.545)
Amortização da Mais-Valia	-	-	(8.863)	-	(8.863)
Saldo em 31/12/2023	182.281	154.939	61.338	5.938	222.214
Lucro líquido do exercício	49.981	42.484	-	-	42.484
Juros Sobre Capital Próprio	(6.713)	(5.706)	-	-	(5.706)
Amortização da Mais-Valia	-	-	(8.863)	-	(8.863)
Saldo em 31/12/2024	225.549	191.717	52.474	5.938	250.129

7.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber

No exercício de 2024 a Alibra constituiu juros sobre capital próprio no valor de R\$ 6.713 (R\$ 10.053 em 2023) dos quais são devidos a Millet o montante de R\$ 4.850 (R\$ 7.263 de 2023), líquido de retenção de Imposto de Renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a receber está demonstrada abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	15.705	8.442
Constituição de Juros Sobre Capital Próprio	4.850	7.263
Pagamentos	-	-
Saldo final	20.555	15.705

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

A movimentação dos saldos de Intangível da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Consolidado						Total
	Marcas e Patentes	Software	Carteira de clientes e não competitividade	Mais-Valia do Ativo Fixo	Good Will "Genkor" (a)	Good Will "Alibra"	
Vida útil média em anos	-	5	7,5	10	-	-	-
Custo Histórico	21.196	2.177	52.372	20.870	1.645	5.938	104.198
Amortização Acumulada	-	(1.260)	(11.715)	(3.131)	-	-	(16.106)
Saldo em 31/12/2022	21.196	917	40.657	17.739	1.645	5.938	88.092
Aquisições no período	-	122	-	-	-	-	122
Amortização do período	-	(257)	(6.776)	(2.087)	-	-	(9.120)
Custo Histórico	21.196	2.299	52.372	20.870	1.645	5.938	104.320
Amortização Acumulada	-	(1.517)	(18.491)	(5.218)	-	-	(25.226)
Saldo em 31/12/2023	21.196	782	33.881	15.652	1.645	5.938	79.094
Aquisições no período	-	373	-	-	-	-	373
Amortização do período	-	(254)	(6.776)	(2.087)	-	-	(9.117)
Custo Histórico	21.196	2.672	52.372	20.870	1.645	5.938	104.693
Amortização Acumulada	-	(1.771)	(25.267)	(7.305)	-	-	(34.343)
Saldo em 31/12/2024	21.196	901	27.105	13.565	1.645	5.938	70.350

(a) Em 31 de julho de 2015, a Companhia incorporou a Genkor Ingredientes Ltda., cujas participações societárias foram adquiridas em 2014 e 2015. O ágio decorrente desse investimento está sendo amortizado para fins fiscais, conforme apurado nos respectivos laudos de avaliação.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para o ágio fundamentado em rentabilidade futura, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* do ágio considerou o desempenho histórico da Companhia e suas projeções de crescimento até 2029, e taxa de perpetuidade a partir de 2030, descontados à taxa WACC da Companhia de 16,16% (2023 – 13,79%). A Administração da Companhia entende que a unidade geradora de caixa para teste de *impairment* do ágio é o negócio da Companhia e/ou Alibra como um todo, estando essa metodologia alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Consequentemente, o teste de *impairment* deste ágio utilizou está UGC (Alibra) e a metodologia do valor em uso. O resultado do teste de *impairment* realizado em 31 de dezembro de 2024 não indicou necessidade de provisões para perdas por *impairment*.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

A movimentação dos saldos de Imobilizado da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Consolidado										
	Terrenos	Edifícios e Construções	Máquinas e Equip.	Instalações Industriais	Veículos	Móveis e Utensílios	Equip. de Laboratório	Computador e Periféricos	Benfeitorias em Imóveis	Imobilizado em andamento	Total
Vida útil média em anos	-	25	10	10	5	10	10	5	-	-	-
Custo Histórico	3.631	19.936	35.796	14.920	146	2.477	759	1.950	550	7.993	88.158
Depreciação Acumulada	-	(3.888)	(25.039)	(4.502)	(77)	(1.428)	(360)	(1.129)	(550)	-	(36.973)
Saldo em 31/12/2023	3.631	16.048	10.757	10.418	69	1.049	399	821	-	7.993	51.185
Aquisições no período	-	105	288	61	-	196	215	661	32	18.880	20.438
Depreciação do período	-	(874)	(2.203)	(1.544)	(3)	(184)	(71)	(327)	(1)	-	(5.207)
Baixas (Custo)	-	-	(6.153)	-	(42)	(312)	(71)	(179)	-	-	(6.757)
Baixas (Depreciação)	-	-	5.512	-	42	255	55	174	-	-	6.038
Transferências	-	2.168	1.030	933	-	112	7	13	-	(4.263)	-
Custo Histórico	3.631	22.209	30.961	15.914	104	2.473	910	2.445	582	22.610	101.839
Depreciação Acumulada	-	(4.762)	(21.730)	(6.046)	(38)	(1.357)	(376)	(1.282)	(551)	-	(36.142)
Saldo em 31/12/2023	3.631	17.447	9.231	9.868	66	1.116	534	1.163	31	22.610	65.697
Aquisições no período	-	-	578	31	-	215	189	182	-	42.253	43.448
Depreciação do período	-	(1.131)	(2.095)	(1.763)	-	(201)	(91)	(355)	(1)	-	(5.667)
Baixas (Custo)	-	-	(33)	-	-	(24)	-	(136)	-	-	(193)
Baixas (Depreciação)	-	1	30	-	-	11	-	94	-	-	136
Transferências	-	8.132	9.212	12.644	-	132	94	107	-	(30.450)	(129)
Custo Histórico	3.631	30.341	40.718	28.589	104	2.796	1.193	2.598	582	34.413	144.965
Depreciação Acumulada	-	(5.892)	(23.795)	(7.809)	(38)	(1.547)	(467)	(1.543)	(552)	-	(41.643)
Saldo em 31/12/2024	3.631	24.449	16.923	20.780	66	1.249	726	1.055	30	34.413	103.322

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de imobilizado em andamento se refere basicamente as ampliações que vêm sendo efetuadas na unidade de Marechal Cândido Rondon/PR, referentes: “Aglomerador Industrial” (R\$10.525), “Mistura Úmida” (R\$9.093), “Sistema Anti-Explosão” (R\$4.223) e outros projetos (R\$1.214). Em 2024, em conformidade com o CPC 27, o Grupo realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Arrendamento a Pagar e Direito de Uso

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pela taxa de custo incremental média de 9,93% para 2024 (5,36% para 2023). Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de prédios, construções, equipamentos e instalações.

A tabela a seguir demonstra a movimentação de direito de uso e arrendamentos a pagar durante o período:

	Consolidado			
	Direito de Uso		Arrendamentos a Pagar	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	146	610	156	636
Novos contratos	1.273	15	1.273	15
Amortização / Juros Incorridos	(472)	(479)	47	23
Pagamentos	-	-	(533)	(518)
Saldo final	947	146	943	156
Circulante			710	67
Não circulante			233	89

11. Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de empréstimos e financiamentos são assim compostos:

	Taxa a.a. (Média)	Indexador	Vencimento	Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023
Nota de Crédito para Exportação	2,26%	CDI	2024	-	8.492
FINEX	1,65%	CDI	2025	2.010	6.025
Total				2.010	14.517
Circulante				2.010	12.517
Não circulante				-	2.000

As movimentações de empréstimos e financiamentos nos exercícios estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	14.517	24.176
Novas Captações	-	7.000
Encargos Incorridos	956	2.431
Amortização do Principal	(10.665)	(16.505)
Pagamento de Juros	(2.798)	(2.585)
Saldo final	2.010	14.517

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por recebíveis, a qual foi exigida pelos Agentes Financeiros intermediadores da operação, veja nota explicativa nº 4.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Contas a Pagar a Fornecedores

O saldo de fornecedores está relacionado com insumos necessários à atividade operacional da Alibra.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de contas a pagar a fornecedores são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores Nacionais	38.500	27.377
Fornecedores Estrangeiros	11.025	7.798
Fornecedores Risco Sacado ^(a)	1.109	-
Total	50.634	35.175

(a) A Companhia disponibiliza a seus fornecedores a possibilidade de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado”. Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes.

13. Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de outras obrigações são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes	293	899
Comissões a pagar	267	326
Pensão alimentícia	-	3
Outras contas a pagar	612	169
Provisão de comissões	795	646
Processos Trabalhistas a Pagar	9	-
Provisão de dissídio coletivo	-	63
Provisão para PLR	-	2.966
Obrigações com antigos acionistas ^(a)	1.037	1.629
Total	3.013	6.701
Circulante	1.976	5.072
Não circulante	1.037	1.629

(a) Referem-se a valores que serão repassados aos ex-acionistas da Alibra, conforme definido no contrato de Compra e Venda de Participação Acionária.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Tributos

14.1. Alíquota Efetiva

O valor de imposto de renda e contribuição social demonstrado no resultado do exercício apresenta a seguinte reconciliação com o seu valor calculado a alíquota nominal:

	Consolidado	
	2024	2023
Lucro antes do IRPJ e CSLL	66.672	63.192
(x) Taxa nominal combinada	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL à taxa nominal	(22.668)	(21.486)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Juros Sobre o Capital Próprio	2.282	3.418
Compensação de Prejuízo Fiscal	2.581	1.046
Benefício Fiscal Lei do Bem e Incentivo PAT	818	926
Benefício Fiscal LC160 ^(a)	-	4.418
Despesas indedutíveis e outras, líquidas	(6.677)	(1.782)
	(19.664)	(13.460)
Alíquota efetiva	29%	21%
IRPJ e CSLL Correntes	(17.876)	(10.588)
IRPJ e CSLL Diferidos	(1.788)	(2.872)
Pagamentos efetuados		
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	13.016	7.431
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	4.774	2.888
	17.790	10.319

(a) O valor referente ao benefício fiscal LC 160, é demonstrado líquido dos créditos utilizados na entrada dos insumos r/ou matéria-prima. A administração da Companhia tem como procedimento utilizar o benefício fiscal da LC 160 deduzido do estorno de créditos nas entradas. Em 1º de janeiro de 2024, em decorrência da MP 1185/2023 a Alibra perdeu o benefício fiscal LC 160, por não se enquadrar nos itens do art. 2º da Lei.

14.2. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro 2024 e 2023, o saldo do ativo e passivo fiscal diferido são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos (Decorrentes de diferenças temporárias)		
PCLD	1.372	2.137
Prejuízo fiscal	-	-
Provisão para contingências	602	711
Provisão PLR	-	1.008
Provisão dissídio coletivo	25	22
Provisão perdas estoques	62	21
Provisão comissões a pagar	270	220
Total dos Impostos Diferidos Ativos	2.331	4.119
Passivos		
Ágio rentabilidade futura amortizado	2.093	2.093
Total dos Impostos Diferidos Passivos	2.093	2.093
Total dos Impostos Diferidos Líquidos	238	2.026

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Tributos (Continuação)

14.3. Impostos a Recolher e a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de impostos a recolher e a recuperar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	1.362	1.503
ISS a recolher	-	-	27	17
ICMS a recolher	-	-	14	684
Impostos a Recolher	-	-	1.403	2.204
IRPJ e CSLL a recuperar ^(a)	3.627	2.771	9.455	4.881
PIS e COFINS a recuperar	-	-	4.867	3.309
ICMS a recuperar	-	-	1.396	700
IPI a recuperar	-	-	330	245
Crédito parcelamento PERT e Reintegra	-	-	97	153
Impostos a Recuperar	3.627	2.771	16.145	9.288
Circulante	3.627	2.771	10.569	7.124
Não circulante	-	-	5.576	2.164

(a) Referem-se principalmente aos créditos tributários de benefício fiscal decorrentes da LC 160/2017, atualizados pela variação da Selic, R\$ 527 em 2024 (R\$52 em 2023), estando o valor de R\$4.574 (R\$1.423 em 31 de dezembro de 2023) classificado no ativo não circulante. A contrapartida do valor está registrada no grupo de "outras receitas operacionais" na demonstração do resultado do exercício.

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de provisão para contingências são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	309	253
Tributárias	450	-
Risco Previdenciário	1.469	1.840
Total	2.228	2.093

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	2.093	3.284
Provisões no exercício	900	61
Reversões no exercício	(765)	(1.252)
Saldo final	2.228	2.093

As causas trabalhistas com probabilidade de perdas possíveis totalizam R\$ 135 (R\$ 80 em 2023).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital Social

A Companhia foi constituída em 14 de novembro de 2018 com a subscrição de 1.200 ações ordinárias nominativas, no valor total de um mil e duzentos reais totalmente integralizado por acionistas domiciliados no País.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 20 de março de 2019 a Companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 100 mil, mediante a emissão de 100.000 novas ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado.

Em 2020 os acionistas realizaram aporte no montante de R\$ 1.160 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 (doze) meses.

Em 2021 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 147.143 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 2021 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 147.143 mil, mediante a emissão de 147.143.004 novas ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado pela capitalização de saldo de AFAC.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 22 de agosto de 2023 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 1.160 mil, mediante a emissão de 1.160.000 novas ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado pela capitalização de saldo de AFAC.

Em 16 de junho de 2023 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 43.861 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 13 de agosto de 2024, os acionistas realizaram aporte no montante total de R\$ 2.239 à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 6 de setembro de 2024 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 43.861, mediante a emissão de 43.860.737 novas ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado pela capitalização de saldo de AFAC.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da companhia é de R\$ 192.265 (R\$ 148.404 em 31 de dezembro de 2023) referentes à 192.264.941 (148.404.204 em 31 de dezembro de 2023) ações subscritas, e o saldo de AFAC da companhia é de R\$ 2.239 (R\$ 43.861 em 31 de dezembro de 2023).

Data	Quantidade de Ações	Capital Social	AFAC
Constituição em 14 de novembro de 2018	1.200	1	-
Aumento de Capital em 20 de março de 2019	100.000	100	-
Aporte de AFAC em 14 de abril de 2020	-	-	110
Aporte de AFAC em 15 de maio de 2020	-	-	100
Aporte de AFAC em 24 de junho de 2020	-	-	50
Aporte de AFAC em 10 de julho de 2020	-	-	900
Aporte de AFAC em 15 de junho de 2021	-	-	140.143
Aporte de AFAC em 20 de outubro de 2020	-	-	7.000
Aumento de Capital em 30 de dezembro de 2021	147.143.004	147.143	(147.143)
Aumento de Capital em 22 de agosto de 2023	1.160.000	1.160	(1.160)
Aporte de AFAC em 16 de junho de 2023	-	-	43.861
Aporte de AFAC em 13 de agosto de 2024	-	-	2.239
Aumento de Capital em 6 de setembro de 2024	43.860.737	43.861	(43.861)
Total	192.163.741	192.164	2.239

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio Líquido (Continuação)

16.2. Destinação do Resultado

No exercício de 2024, a Companhia apresentou lucro líquido no valor de R\$ 33.531 (R\$ 23.789 no exercício de 2023).

O quadro abaixo apresenta a destinação dos lucros dos exercícios da Companhia:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro Líquido do Exercício	33.531	23.789
Constituição de Reserva Legal ^(a)	(1.677)	(1.189)
Base para apuração de dividendo	31.854	22.600
Dividendos Mínimos Obrigatórios ^(b)	(7.964)	(5.650)
Retenção para Reserva de Lucros ^(c)	23.890	16.950

a) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (5 por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

No exercício de 2024, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 1.677 (R\$ 1.189 no exercício de 2023).

b) Dividendos Mínimos Obrigatórios

Conforme artigo 202 da Lei 6.404/76, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado.

No exercício de 2024, a Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 7.964 (R\$ 5.650 no exercício de 2023) que serem pagos ao único acionista.

O quadro abaixo apresenta a movimentação do saldo de dividendos a pagar da Companhia:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	8.951	3.301
Dividendos Mínimos Obrigatórios Pagamentos	7.964	5.650
	-	-
Saldo final	16.915	8.951

c) Reserva de Retenção de Lucros

O montante remanescente do lucro líquido, após as constituições de reservas e propostas de dividendos, é alocado em reserva de retenção de lucros onde ficara disponível para que os acionistas destinações posteriormente.

No exercício de 2024, a Companhia reteve reserva de lucro no valor de R\$ 23.890 (R\$ 16.950 no exercício de 2023).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

Em 2024 e 2023, as receitas operacionais da Companhia são assim compostas:

	Consolidado	
	2024	2023
Mercado interno	496.613	472.428
Mercado externo	54.086	46.668
Receita Bruta	550.699	519.096
Devoluções sobre vendas	(7.150)	(6.671)
Abatimento sobre vendas	(4.598)	(1.773)
Impostos incidentes sobre vendas	(46.348)	(44.865)
Dedução da Receita	(58.096)	(53.309)
Receita Operacional Líquida	492.603	465.787

18. Despesas por natureza

Em 2024 e 2023, os custos e despesas operacionais da Companhia são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	(305.938)	(296.820)
Gastos com pessoal	(18)	(18)	(61.937)	(54.057)
Fretes sobre vendas	-	-	(21.917)	(17.928)
Depreciação e amortização	-	-	(15.226)	(14.803)
Serviços de terceiros	(71)	(74)	(13.161)	(13.271)
Marketing	-	-	(8.191)	(4.845)
Energia elétrica, água e telefone	-	-	(4.449)	(3.453)
Aluguéis	-	-	(2.419)	(1.516)
Viagens	-	-	(2.174)	(1.723)
Manutenção e reparo	-	-	(684)	(574)
Treinamento	-	-	(200)	(229)
PCLD	-	-	2.250	1.581
Provisão para perda na realização de estoque	-	-	(120)	137
Provisões para contingências	-	-	273	1.202
Outros	-	-	(6.156)	(3.792)
Total	(89)	(92)	(440.049)	(410.091)
Custos dos produtos vendidos	-	-	(356.169)	(340.110)
Despesas com vendas	-	-	(64.796)	(52.843)
Despesas gerais e administrativas	(89)	(92)	(19.084)	(17.138)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado Financeiro

Em 2024 e 2023, as receitas e despesas financeiras são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	2.314	1.648
Juros ativos e descontos obtidos	-	-	112	114
Atualização monetária	-	-	527	-
Variação cambial ativa	-	-	6.016	4.622
Receitas financeiras	-	-	8.969	6.384
Juros passivos e atualizações	-	(9.527)	(1.028)	(12.376)
Tarifas bancárias	(1)	(1)	(121)	(101)
Descontos concedidos	-	-	(46)	(140)
Variação cambial passiva	-	-	(5.251)	(3.734)
Despesas financeiras	(1)	(9.528)	(6.446)	(16.351)
Resultado Financeiro Líquido	(1)	(9.528)	2.522	(9.967)

20. Partes relacionadas

20.1. Remuneração da administração

A remuneração da Administração corresponde a remuneração paga a Diretores conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária. O total da remuneração pagos aos Administradores da Companhia em 2024 foi de R\$ 18 (R\$ 18 em 2023).

21. Seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia. Dentre as modalidades de seguros contratadas pela Companhia, são destaques:

- Riscos operacionais: cobertura de danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, raio e explosão, desentulho, alagamentos, quebra de maquinário e danos elétricos, bem como perda de receita bruta causada pela interrupção de produção consequente de danos materiais. Em 31 de dezembro de 2024, a importância segurada é de R\$ 170.100 (R\$141.200 em 31 de dezembro de 2023).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de Risco

22.1. Fatores de Risco Financeiro

A companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez; e
- Risco de Mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima. A nota a seguir define os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a) Riscos de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falhas destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	76	166	15.961	28.733
Contas a receber de clientes	-	-	113.361	94.334
Outros ativos	-	-	1.329	1.138
Total	76	166	130.651	124.205

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de Risco (Continuação)

21.1. Fatores de Risco Financeiro (Continuação)

b) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado	Até 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 36 meses
31 de dezembro de 2024:					
Empréstimos e Financiamentos	2.010	2.010	2.010	-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	50.634	50.634	50.634	-	-
Arrendamentos a Pagar	943	943	710	233	-
Outras Obrigações	3.090	3.090	2.053	1.037	-
Total	56.677	56.677	55.407	1.270	-
31 de dezembro de 2023:					
Empréstimos e Financiamentos	14.517	14.517	12.517	2.000	-
Contas a Pagar a Fornecedores	35.175	35.175	35.175	-	-
Arrendamentos a Pagar	156	156	67	89	-
Outras Obrigações	6.701	6.701	5.072	1.629	-
Total	56.549	56.549	52.831	3.718	-

c) Risco de Mercado

Risco de taxa de câmbio: está atrelado a possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Aplicações Financeiras	28	13	14.546	27.579
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos (CDI)	-	-	2.010	14.517

A Administração da Companhia monitora os fatores de risco mediante acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de Risco (Continuação)

22.2. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia com terceiros em relação ao capital ajustado ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Gestão de Capital				
Total dos empréstimos com terceiros	-	-	2.010	14.517
(-) Caixa e equivalente de caixa	(76)	(166)	(15.961)	(28.733)
(=) Dívida líquida (a)	(76)	(166)	(13.951)	(14.216)
Total do patrimônio líquido (b)	253.737	225.931	287.569	253.273
Dívida líquida sobre capital ajustado (a)/(b)	0,03%	0,07%	4,85%	5,61%

22.3. Instrumento financeiro por categoria

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo mensurado a valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos Financeiros Derivativos ^(a)	-	-	371	239
<u>Ativos financeiros mensurados a custo amortizado</u>				
Caixa e Equivalente de Caixa	76	166	15.961	28.733
Contas a Receber de Clientes	-	-	113.361	94.334
Outros Direitos	-	-	958	900
Total	-	-	130.651	124.206
<u>Passivos financeiros mensurados a custo amortizado</u>				
Contas a Pagar a Fornecedores	-	-	50.634	35.175
Arrendamentos Operacionais a pagar	-	-	673	156
Empréstimos e Financiamentos	-	-	2.010	14.517
Antecipações de Clientes	-	-	293	899
Outros Passivos	-	-	883	498
Total	-	-	54.493	51.245

(a) Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Valor de mercado	Valor dos contratos	Faixas de vencimento até 1 ano	Faixas de vencimento após 1 ano
--	------------------	---------------------	--------------------------------	---------------------------------

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

<i>Non-Deliverable Forward - NDF</i>	371	5.843	371	-
Real x Dólar	(550)	(21.015)	(550)	-
Dólar x Real	921	26.858	921	-

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do período no grupo de resultado financeiro.

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Eventos Subsequentes

Após 31 de dezembro de 2024, até a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Administração da Companhia, não ocorreram eventos que necessitam de divulgação nas demonstrações financeiras.

Composição da Administração

Lucia Regina Freitas Miceli

Diretora Presidente
CPF: 908.620.747-20

Juliana Sousa da Silva

Contadora
CRC: PB-013186/O-6